

Antônio Carlos condiciona novo regime a plebiscito

Brasília — fotos de Wilson Pedrosa

BRASÍLIA — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, apóia a proposta do governador de São Paulo, Orestes Quércia, de realização de um plebiscito sobre a questão do futuro regime de governo — parlamentarista ou presidencialista. "Se o último plebiscito, realizado em 1961, derrubou o parlamentarismo, a lógica é que essa forma de governo só deveria ser adotada novamente depois de uma consulta plebiscitária".

Antônio Carlos Magalhães voltou a Brasília no início da noite de ontem, depois de passar o final de semana na Bahia, e surpreendeu os jornalistas que o aguardavam na Base Aérea ao aceitar a realização do plebiscito. Segundo ele, o regime parlamentarista, caso seja aprovado pela Constituinte, "só deveria vingar após a consulta popular. O certo mesmo seria que a consulta plebiscitária fosse realizada ainda antes da definição da Constituinte".

Sobre a possibilidade de o governo vir a apoiar a proposta defendida pela maioria dos constituintes do PMDB, de parlamentarismo com cinco anos, ACM disse que é contra qualquer acordo que venha a deformar o atual sistema político. Segundo ele, "o parlamentarismo é um regime em que não há a definição de quem governa e que, exatamente por isso, não deverá dar certo".

O ministro das Comunicações garante que a posição dos ministros da Justiça, Paulo Brossard, e da Saúde, Borges da Silveira, ao admitirem o parlamentarismo com cinco anos para o presidente José Sarney, não representa o pensamento da maioria do governo. "O presidente Sarney não abre mão do sistema presidencialista e muito menos dos cinco anos de mandato. Qualquer acordo que venha a ser feito fora dessas premissas seria inconveniente". Antônio Carlos Magalhães acredita também que o presidente Sarney, após definidas as questões do regime de governo e da duração do mandato, poderá fazer uma reforma ministerial, levando em conta o "trabalho e a lealdade de seus atuais ministros".



Antônio Carlos acha que é preciso fazer como em 1961

Lourenço diz que Sarney não faz acordo

O líder do PFL, José Lourenço, disse, à saída do Palácio da Alvorada — depois de uma reunião em que foi discutida a proposta de Ulysses Guimarães ao presidente Sarney para que aceite os cinco anos com parlamentarismo —, que o presidente da República está inflexível no seu propósito de ficar cinco anos no governo sem perda de poder, como aconteceria no regime de gabinete. Estavam lá, além de Lourenço, os ministros do SNI, Ivan de Sousa Mendes, e do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e o líder Carlos Sant'Anna.

Sempre falando como porta-voz do encontro, José Lourenço disse que o presidente da Constituinte está trabalhando pelo regime parlamentarista porque esta é a única forma de ele assumir logo o governo. "Acontece que isso contraria frontalmente a vontade nacional", argumentou, acrescentando que o parlamentarismo só pode ser adotado depois de um plebiscito nacional. Segundo o líder, todos os ministros foram convidados a trabalhar para manter o presidencialismo.

Apostar no caos — "Há uma decisão irreversível do presidente, seus ministros e líderes e constituintes que o apóiam, para votarmos no presidencialismo e no mandato de cinco anos", garantiu.

Quanto à tentativa de Ulysses de fazer a Constituinte votar o sistema de governo num acordo com o Palácio do Planalto, acentuou: "Não houve qualquer alteração. O presidente está inflexível". Ele citou o próprio Sarney para dizer por que o parlamentarismo não



Lourenço foi o único porta-voz da reunião no palácio

daria certo: "O Brasil não tem estrutura partidária, nem burocracia para suportar esse regime", teria dito o presidente. Sarney disse durante a reunião que se a Constituinte aprovar o parlamentarismo "isso significará apostar no caos". Para ele, ainda segundo Lourenço, Ulysses fala em acordo mas está visando apenas um lado: "As declarações do doutor Ulysses sobre parlamentarismo e cinco anos são desautorizadas pelo presidente. Elas são da inteira responsabilidade do doutor Ulysses.

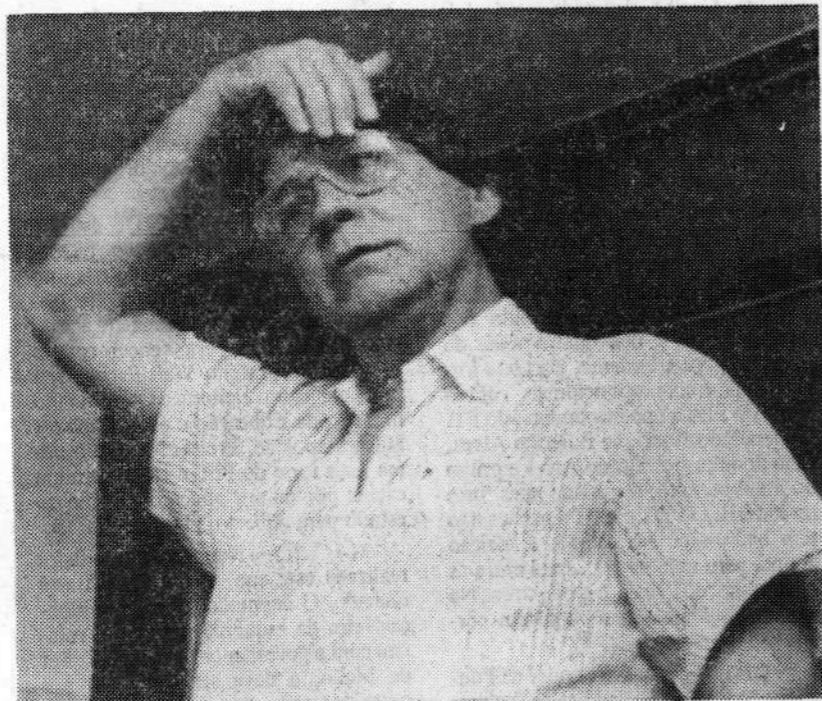
Ele pode fazê-las como constituinte, porque tem voto igual a todos nós". Eloquentemente, o líder do PFL disse ainda que adotar o parlamentarismo sem uma prévia consulta à população significa dar um golpe e pediu aos "homens de consenso", citando expressamente o presidente da Constituinte, que "saíam dessa". Durante a conversa com Sarney, José Lourenço garantiu que há 300 parlamentares a favor do presidencialismo e deu certeza de que esse contingente ainda pode ser ampliado.

Covas não acredita em negociação

Sem saber que o presidente Sarney convocara uma reunião no Palácio da Alvorada a fim de trabalhar pela manutenção do regime presidencialista de governo, o deputado Ulysses Guimarães deixou ontem sua casa e foi até o apartamento do senador Mário Covas, para uma conversa de pouco mais de uma hora. Lá, contou que todo o seu esforço em obter um acordo para a votação do sistema de governo se deve à necessidade de evitar o impasse.

Tendo acabado de chegar de uma longa caminhada pelas quadras da Asa Sul, Covas disse a Ulysses que é impossível tentar um acordo sobre sistema de governo. "Há muito tempo venho dizendo que isso vai ser decidido é no voto", contou o líder. Para ele, é indiscutível que 90% da população desejam encurtar o mandato do presidente da República e realizar eleições este ano. Quanto ao sistema de governo, o desejo da população não é tão nítido assim, e as pesquisas mostram diferenças tão pequenas entre o presidencialismo e o parlamentarismo, argumentou Mário Covas.

Nessa conversa, o presidente da Constituinte mostrou também suas preocupações quanto ao processo de votação do sistema de governo. Por força das alterações impostas ao regimento pelo *Centrão*, cada emenda que obteve mais de 280 assinaturas, caso não seja aprovada, implicará um prazo de 24 horas para que a próxima entre em votação. Como antes da emenda parlamentarista de Egidio Ferreira Lima ainda se votará a presidencialista de Humberto Lucena, essa decisão sobre o sistema de governo durará uns quatro dias.



Covas: população está pedindo diretas-já

Planalto prepara estratégia

O presidente José Sarney pode convocar hoje uma reunião extraordinária do Conselho Político do governo, para uma avaliação final das possibilidades de aprovação da emenda do senador Humberto Lucena, que permite a manutenção do sistema presidencialista de governo. A informação é de um importante assessor do Palácio do Planalto, segundo o qual a reunião serviria para que o governo trace sua estratégia para o dia da votação — amanhã.

O ministro da Administração, Aluizio Alves, disse ontem à noite, ao chegar para assistir à missa no Palácio da Alvorada, que uma negociação entre o Planalto e a Constituinte em torno do sistema de governo só acontecerá caso a

votação da emenda presidencialista não obtenha quórum para aprovação, ficando caracterizado o *buraco negro* "Se o voto não for suficiente para qualquer dos dois sistemas, haverá o *buraco negro* aí pode haver a negociação. Antes, a disputa será mesmo pelo voto", previu ele.

"O presidente se sente impedido eticamente de negociar qualquer fórmula com o seu mandato. Aí seria uma barganha e ele não quer se apresentar à nação nesta situação, sobretudo porque ele não está pleiteando mais um ano de mandato. Ele tinha seis anos e abriu mão de um ano; portanto, não seria esta a razão a movê-lo a um entendimento", afirmou Aluizio.